

Tema: Políticas Educacionais e como elas refletem na Alfabetização

Daiana Rodrigues Dias,<sup>1</sup>

Henri Luiz Fuchs,<sup>2</sup>

Luciele da Silva Falcão,<sup>3</sup>

Marta Souza dos Santos.<sup>4</sup>

## A ALFABETIZAÇÃO A PARTIR DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

### RESUMO

A alfabetização no Brasil tem sido um tema de constante reflexão e análise, tanto no âmbito educacional quanto nas políticas públicas. Desde os primeiros estudos sobre o tema, na década de 1980, com o construtivismo de Piaget e os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, a alfabetização passou a ser vista como um processo ativo e dinâmico. No entanto, apesar de políticas educacionais significativas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda existem desafios na efetiva implementação dessas iniciativas. A desigualdade regional, a falta de recursos e a resistência de mudanças nas escolas dificultam a progressão da alfabetização em muitas áreas, especialmente em regiões rurais e mais carentes.

A contribuição de estudiosos como Paulo Freire e Eloisa Matos Hofling destaca a urgência de uma educação inclusiva e transformadora, que garanta acesso equitativo à alfabetização para todas as crianças. A legislação brasileira, incluindo a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), assegura o direito à

1 Daiana Rodrigues Dias, Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves - RS, bolsista do PIBID Alfabetização do curso de Pedagogia do IFRS Bento Gonçalves, [rodriguesdiasdaiana@gmail.com](mailto:rodriguesdiasdaiana@gmail.com).

2 Henri Luiz Fuchs, Doutor em Educação. Docente no Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves - RS, Professor Orientador do PIBID Alfabetização do curso de Pedagogia do IFRS Bento Gonçalves, [henri.fuchs@bento.ifrs.edu.br](mailto:henri.fuchs@bento.ifrs.edu.br).

3 Luciele da Silva Falcão, Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves - RS, bolsista do PIBID Alfabetização do curso de Pedagogia do IFRS Bento Gonçalves, [lucieleefalcao@gmail.com](mailto:lucieleefalcao@gmail.com).

4 Marta Souza dos Santos, Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves - RS, bolsista do PIBID Alfabetização do curso de Pedagogia do IFRS Bento Gonçalves, [martadagagui@gmail.com](mailto:martadagagui@gmail.com).

educação, mas ainda há lacunas significativas na execução de políticas educacionais, resultando em desigualdades no processo de alfabetização. Além disso, a falta de materiais adequados e a insuficiência de formação de professores prejudicam o desenvolvimento da leitura e escrita das crianças, especialmente nas comunidades mais vulneráveis. Portanto, é crucial que as políticas educacionais se tornem mais eficazes, com investimentos e melhorias contínuas para garantir uma educação de qualidade, promovendo a inclusão e redução das desigualdades educacionais.

**Palavras-chave:** alfabetização, políticas educacionais, BNCC, inclusão educacional, formação de professores.

## **Introdução**

A alfabetização está contemplada em diversos documentos e ações, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros. Essas políticas educacionais estabelecem metas para superar o analfabetismo e as deficiências na leitura e compreensão do texto e da realidade. Diante desse contexto, ainda encontramos muitas dificuldades no processo de alfabetização. Conforme Frangella (2016), mesmo com a adoção de várias políticas públicas educacionais focadas na alfabetização, os resultados evidenciam um progresso insatisfatório, resultado das (des)articulações entre os sistemas de ensino e às diferentes concepções políticas em disputa. Apesar de existirem atualmente algumas políticas educacionais como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece metas para alfabetização na idade certa e redução do analfabetismo; o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que fornece materiais de qualidade para apoiar o ensino de leitura e escrita; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) com foco na alfabetização de crianças até os 8 anos de idade; e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que define competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na alfabetização, como a leitura, a escrita e a oralidade, continua existindo dificuldades das escolas em alfabetizar os seus alunos.

## **A Alfabetização no Brasil**

Pesquisas como as realizadas por Frangella (2016) indicam que, mesmo com a adoção de várias políticas públicas educacionais focadas na alfabetização os resultados evidenciam um progresso insatisfatório, em grande parte devido a articulações inadequadas e/ou inconsistentes dessas políticas. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece duas principais metas para alfabetização na idade certa e a redução de analfabetismo; “Meta 5: Garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º.” Essa meta foca na alfabetização na idade certa e na recuperação das aprendizagens afetadas pela pandemia. “Meta 9: Erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir o analfabetismo funcional em 50% até 2024.” a meta de analfabetismo funcional visa reduzir a taxa de 12,7% para 9,2%; Apesar dessas metas bem definidas, os dados do INEP mostram que o progresso ainda é insuficiente, com a taxa de analfabetismo permanecendo um desafio em diversas regiões. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) visa fornecer materiais didáticos de alta qualidade para apoiar a leitura e escrita. De acordo com o Censo de 2021, a qualidade dos materiais tenha melhorado, com 85% das escolas afirmando que os livros fornecidos atendem as necessidades pedagógicas, essa melhoria foi possibilitada por critérios de seleção mais rigorosos e pela inclusão de novas metodologias pedagógicas nos materiais dos alunos, entretanto a distribuição eficiente desses recursos ainda enfrenta dificuldades, especialmente em áreas remotas e em áreas com a infraestrutura escolar precária. Os dados Relatório de Distribuição do PNLD 2020 mostram que, mesmo a distribuição tendo alcançado 50 milhões de alunos, as dificuldades logísticas prejudicam a chegada no prazo, além disso a falta de alguns recursos tecnológicos em algumas escolas também dificultam o uso completo do material, já que o PNLD contém integrado atividades multimídias e digitais. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) concentra-se na alfabetização de crianças até os 8 anos de idade, buscando melhorar as práticas de ensino e capacitação dos professores. No entanto, o INEP indica que, embora haja avanços em algumas regiões, ainda há desigualdade nos resultados de alfabetização.

Essa desigualdade é evidente em áreas rurais e regiões menos desenvolvidas onde a infraestrutura escolar e os recursos educacionais são frequentemente insuficientes. De acordo com o Censo escolar 2021 muitas escolas, principalmente nas áreas rurais e regiões Norte e Nordeste, ainda frequentam problemas com a infraestrutura inadequada. Isso inclui a falta de acesso à internet, bibliotecas e até mesmo sanitários em algumas escolas. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ( INEP) apontou que, em 2020 , cerca de 10% das escolas brasileiras estavam sem acesso à água potável e energia elétrica, afetando diretamente a qualidade de ensino. Segundo dados do IBGE de 2020, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas escolas públicas de áreas rurais é mais baixo do que nas escolas urbanas. Em alguns estados o IDEB das escolas rurais não atinge a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

A participação de alunos inclusivos também é um aspecto crítico para a igualdade educacional. A falta de recursos adequados e de formação específica dos professores pode impedir que essas crianças recebam o apoio necessário, agravando a desigualdade. Investir em capacitação docente e infraestrutura adequada é fundamental para garantir um ambiente inclusivo e equitativo para todos os alunos. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) define competências e habilidades essenciais para a alfabetização, incluindo a leitura, a escrita e a oralidade. No entanto, muitas escolas enfrentam dificuldades para adaptar-se aos novos padrões e integrar as competências exigidas, tornando a implementação da BNCC um desafio devido a uma série de críticas pedagógicas, estruturais e filosóficas relacionadas à forma como a base foi construída e como ela é aplicada nas escolas, os educadores e entidades ligadas à educação frequente buscam uma educação que seja mais democrática, crítica e humanizadora, em contraste com a visão mais tecnicista e mercadológica que muitos percebem na BNCC. Os dados do Inep mostram que apesar dos esforços, o progresso na alfabetização continua insatisfatório, o que destaca a necessidade de um esforço contínuo e de melhorias de implementação e monitoramento dessas políticas públicas. A alfabetização está diretamente relacionada com as orientações e concepções produzidas pelos órgãos e colegiados responsáveis pelas políticas públicas na educação. O presente texto objetiva refletir sobre a alfabetização a partir

das políticas educacionais. A metodologia está baseada na pesquisa bibliográfica apoiada em artigos e documentos legais com análise qualitativa.

## **Os Métodos de Alfabetização**

A alfabetização tem sido objeto de estudo e de reflexão a partir de 1550, quando os jesuítas assumiram a educação brasileira. A partir dos anos de 1980, com a influência de Piaget e os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, passa-se a compreender a alfabetização a partir do construtivismo (MORTATTI, 2006).

Na década de 1990, o mundo e o Brasil passaram a sofrer os impactos das políticas neoliberais que enfatizam o papel do mercado na definição das políticas de Estado. Dessa forma, a educação passa a fazer parte do conjunto de políticas a serem modificadas e adaptadas aos interesses do mercado capitalista que objetiva formar pessoas para atender das demandas da economia cada vez mais tecnificada. Dentro desse cenário, a alfabetização passa a ser objeto de disputa, pois impacta diretamente na formação dos cidadãos, objetivo da educação, conforme a LDB 9394/96. Quando se trata de questões como a qualidade da educação e a implementação de programas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), é essencial considerar a legislação e as orientações de entidades educacionais para ter uma visão mais ampla e fundamentada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996) é a legislação básica que orienta a educação no Brasil e estabelece diretrizes para os sistemas de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005/2014) estabelece as metas e estratégias de 2014 a 2024. Entre as metas da PNE destacam-se aquelas que buscam ampliar o acesso de ensino de qualidade e garantir a distribuição equitativa de recursos educacionais. O Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) emite pareceres e resoluções sobre temas educacionais fundamentais. No caso do PNLD é importante observar os pareceres de qualidade dos materiais didáticos, incluindo a adequação aos currículos oficiais e metodologias pedagógicas. O Parecer CNE/CEB nº 11/2016, por exemplo, aborda a importância do material didático no apoio ao desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes. Os pareceres do CNE também enfatizam a necessidade de garantir que o

conteúdo dos livros didáticos seja atualizado e alinhado às exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que regula os currículos do ensino básico no Brasil. Temos as contribuições das entidades como a ABALF (Associação Brasileira de Alfabetização e Leitura), ANFOPE (Associação Nacional de Formação de Professores) e ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) que são entidades que desempenham um papel importante na discussão sobre a qualidade da educação, alfabetização e formação de professores. Essas Associações elaboram documentos e posicionamentos sobre qualidade do ensino e os desafios estruturais, que podem ser consultados para entender melhor os obstáculos enfrentados na implementação de políticas como o PNLD. A ANPED, por exemplo, possui um Grupo de Trabalho específico sobre alfabetização, que analisa a formação de professores e os materiais pedagógicos utilizados em sala de aula. Discutir a qualidade da educação e a desigualdade de acesso no Brasil é um tema que há muito tempo vem sendo debatido e analisado por diversos autores como Paulo Freire e Eloisa de Matos Hofling. Esses estudos destacam a complexidade e profundidade dos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. A qualidade da educação no Brasil é afetada por vários fatores, como políticas públicas, formação de professores, infraestrutura escolar e recursos pedagógicos. Paulo Freire (1970), um dos mais influentes educadores do século XX, propôs uma abordagem pedagógica que enfatiza a conscientização crítica e uma educação com a prática de liberdade. Ele argumenta que a educação deveria ser transformadora, promovendo uma visão crítica e reflexiva do ensino. Freire acredita que a desigualdade de acesso à educação é um reflexo das desigualdades sociais mais amplas e que a educação deveria ser um instrumento de emancipação dos indivíduos. Por outro lado, Eloisa Hofling (2000), pesquisadora em educação, focou suas análises na política educacional e na implementação de programas governamentais. Hofling destaca a importância de uma maior democratização nas esferas de decisão e uma distribuição mais equitativa dos benefícios sociais. Ela critica a concentração histórica de poder nas mãos de um pequeno número de grupos editoriais privados e defende uma política educacional que promova a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Notadamente, tanto Paulo Freire, quanto Eloisa Matos Hofling sublinham a urgência de uma educação mais

equitativa e inclusiva. Freire destaca a necessidade de empoderar os indivíduos e promover a transformação social, enquanto Hofling enfatiza a importância de políticas educacionais que garantam a democratização das decisões e a distribuição justa de recursos. Juntos, seus trabalhos oferecem uma visão complementar que reforça a ideia de que a educação deve ser um instrumento de emancipação e igualdade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos têm direito à educação. O artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DDHH) estabelece a obrigatoriedade de uma educação primária gratuita para todos. Independentemente da idade, todos devem ter acesso à educação e à alfabetização. Além da DDHH, há duas leis que regulamentam e complementam o direito à educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Apesar das leis que asseguram a educação para todos, é evidente a falta de atenção que o poder público dedica ao setor. Isso resulta em exclusão e marginalização de indivíduos que não encontram oportunidades para um futuro profissional, perpetuando assim uma sociedade desigual.

## **Conclusão**

A alfabetização, fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional, é muitas vezes inviabilizada pelas condições precárias das escolas e pela falta de recursos, agravando ainda mais a desigualdade social. Políticas educacionais deficientes podem levar ao atraso de desenvolvimento da leitura e escrita das crianças, devido a falta de material didático apropriado, métodos inadequados e formação insuficiente de professores, resultando em crianças que não desenvolvem habilidades de leitura e escrita de forma eficaz e no tempo adequado. A analfabetização não se restringe apenas às comunidades mais pobres; é um problema que afeta diversas camadas da sociedade. Sem uma política educacional justa e igualitária, muitas crianças têm acesso limitado a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso dificulta os professores a explorar o potencial dos seus alunos, gerando uma falta de motivação tanto para os educadores quanto para os estudantes. Como resultado, o processo de alfabetização torna-se negativo levando

muitas vezes ao abandono escolar precoce. Além disso, a falta de uma educação de qualidade contribui para uma visão negativa da escola, perpetuando o ciclo de desigualdade e exclusão social. A alfabetização desempenha um papel crucial no desenvolvimento intelectual e na inserção ativa dos indivíduos na sociedade. Uma política educacional que comprometa a alfabetização pode acarretar efeitos duradouros na trajetória das crianças, restringindo suas chances de emprego e sua habilidade de exercer plenamente a cidadania. Assim, é vital que as diretrizes educacionais sejam elaboradas e aplicadas de maneira eficaz, assegurando que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de escola.

### **Referências:**

ABALF – Associação Brasileira de Alfabetização. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.abalf.org.br>. . Acesso em: 05 fev. 2025.

Brasil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). . Acesso em: 05 fev. 2025.

Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). . Acesso em: 05 fev. 2025.

Brasil. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. Meta 5**. Disponível em: <http://www.pne.mec.gov.br>. . Acesso em: 05 fev. 2025.

Brasil. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. Meta 9**. Disponível em: <http://www.pne.mec.gov.br>. . Acesso em: 05 fev. 2025.

CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação / Conselho de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2016, de 6 de outubro de 2016**. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECEBN112016.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECEBN112016.pdf). . Acesso em: 05 fev. 2025.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. **Entre Antíteses e Paradoxos: O Ciclo de Alfabetização nas Políticas Educacionais**. 2016. **Teoria e Prática da Educação**, v. 19, n.3, p.33-45. Acesso em 19 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/36619/pdf..>

Höfling, E. M. (2000). Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, 21(70), 159-170. Retrieved from <https://www.ime.usp.br/~dpdias/2019/MAT0412%20-%20Hofling.pdf>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População do Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/populacao-do-brasil>. . Acesso em: 05 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD Contínua). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/0?ano=2021>. Acesso em: 05 fev. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2021**. Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). . Acesso em: 05 fev. 2025.

LUCACHINSKI, E. S.; TONDIN, C. F. Alfabetização de crianças com deficiência e redução das desigualdades no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 25, n. 45, p. 217–234, 2016. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2016.v25.n45.p217-234. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2296>. . Acesso em: 21 jan. 2025.

MEC – Ministério da Educação. **Relatório de Distribuição do PNLD 2020**. Disponível em: [www.gov.br/mec/pt-br](http://www.gov.br/mec/pt-br). . Acesso em: 05 fev. 2025.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_mortattihisttextalfbbr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf). . Acesso em: 10 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. . Acesso em: 26 jan. 2025.

Silva, A. A., Ribeiro, C. M. S. G., Ribeiro, C. R., Dantas, C. S., Santos, E. M., Neves, F. P., Duarte, J. E., Jesus, J. S., Alves, J. H. S., Silva, J. M. S., Nogueira, S. A. C., Machado, V. A., Seixas, V. T., & Braga, W. F. (2024). A pedagogia de Paulo Freire, seus fundamentos teóricos e sua aplicação na prática educacional contemporânea. **Revista Científica de Alto Impacto**, 29(140). Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-pedagogia-de-paulo-freire-seus-fundamentos-teoricos-e-sua-aplicacao-na-pratica-educacional-contemporanea/>. . Acesso em: 21 jan. 2025.